

# GOIASPREV INVEST

**A Revista de  
Investimentos do  
Regime Próprio  
de Previdência  
Social do Estado  
de Goiás**

Relatório de Investimentos -  
Março de 2026

GOIASPREV



GOVERNO DE

**GOIÁS**

O ESTADO QUE DÁ CERTO

Ano 2026  
Edição 003

# Comentário da Gestão

Nesta edição, são apresentados os principais destaques da gestão dos investimentos no mês de março de 2026, relativos aos recursos administrados pela GOIASPREV.

O período foi marcado por um ambiente econômico desafiador, com elevação das expectativas inflacionárias em decorrência do agravamento dos conflitos no Oriente Médio, especialmente pela crise no mercado de petróleo. A expressiva alta das cotações internacionais impactou os custos de energia, transportes e insumos produtivos, com efeitos disseminados sobre os preços e aumento da volatilidade nos mercados.

Nesse contexto, a redução da taxa SELIC para 14,75% a.a. sinalizou o início de um ciclo de flexibilização monetária que, conforme indicado na ata do COPOM, deverá ser conduzido de forma gradual e cautelosa, condicionado à evolução da inflação e das expectativas, apontando para uma trajetória de queda moderada e não linear da taxa básica de juros.

No âmbito dos investimentos, o aumento da inflação e da volatilidade contribuiu para a aproximação entre o desempenho acumulado da carteira e a meta atuarial. Trata-se, contudo, de um movimento conjuntural, com tendência de mitigação ao longo do tempo, especialmente com o avanço da estratégia de alocação em títulos públicos federais indexados ao IPCA, no âmbito da Subcarteira de Imunização. Essa diretriz reforça a aderência entre ativos e passivos e é convergente com a abordagem técnica apresentada na Coluna do Analista, que destaca a relevância da imunização em ambientes de juros reais elevados.

A carteira manteve-se alinhada à Política de Investimentos de 2026, com predominância de ativos de renda fixa vinculados a títulos públicos federais, priorizando segurança, liquidez e previsibilidade, e mantendo exposição reduzida a ativos de maior risco, compatível com o perfil do regime.

Registra-se, ainda, a conclusão das etapas operacionais relacionadas à custódia qualificada, permitindo, a partir de abril de 2026, o avanço na aquisição direta de títulos públicos federais, sobretudo os indexados ao IPCA, destinados à Subcarteira de Imunização. Esse movimento representa um passo relevante na consolidação da estratégia de longo prazo, com foco na sustentabilidade atuarial.

Por fim, ressalta-se que o segmento de RPPS e os agentes de mercado seguem em processo de adaptação às disposições da Resolução CMN nº 5.272/2025, contexto no qual a GOIASPREV atua de forma diligente para assegurar conformidade normativa e eficiência na gestão dos recursos.

*Leonardo Lúcio Barbosa Ferreira*   
Diretor de Gestão de Ativos e Passivos

*Antonio Francisco Craveiro Portela*   
Gerente de Investimentos

# Sumário

Cenário Econômico-Financeiro.....	4
Boletim GINV .....	4
Conjuntura.....	5
Análise da Inflação.....	8
Coluna do Analista.....	11
Enquadramento.....	12
Desempenho.....	14
Rentabilidades.....	20
Análise das Instituições Financeiras.....	23
Acompanhamento de Dealers.....	23
Acompanhamento dos riscos.....	26
Análise do desempenho das Subcarteiras.....	30
Sustentabilidade - ESG.....	31
Controle das Atividades.....	32

# Cenário Econômico-Financeiro

**TABELA 1 - BOLETIM GINV  
MARÇO 2026**

	<b>2026</b>	<b>2027</b>	<b>2028</b>	<b>2029</b>	<b>2030</b>	<b>2031</b>
<b>Crescimento do PIB (%)</b>	1,98	1,91	1,80	1,75	1,71	1,66
<b>Desemprego (%)</b>	5,09	5,06	5,08	5,09	5,10	5,10
<b>Inflação (%)</b>	4,81	4,20	3,89	3,58	3,38	3,18
<b>Dólar (R\$)</b>	5,35	5,48	5,62	5,76	5,89	6,03
<b>SELIC-fechamento (% a.a.)</b>	13,74	12,27	10,93	9,57	8,21	6,84
<b>SELIC-média (% a.a.)</b>	14,13	12,75	11,44	10,08	8,71	7,35
<b>SELIC REAL Fechamento (% a.a.)</b>	8,52	7,74	6,78	5,78	4,67	3,55
<b>SELIC REAL-média (% a.a.)</b>	8,89	8,21	7,27	6,28	5,16	4,04
<b>META ATUARIAL (Inflação + 5,65%)</b>	10,73	10,08	9,76	9,43	9,22	9,01



# Conjuntura

O mês de março de foi marcado pela segunda reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) do ano de 2026, ocorrida em 17 e 18/03/2026. Nesta sessão a meta para a taxa SELIC foi reajustada de 15% a.a., nível no qual a taxa básica de juros estava desde 18/06/2025, para 14,75% a.a. Tal corte já havia sido sinalizado na ata da reunião anterior, marcada pelo rompimento do discurso continuísta da política monetária.<sup>1</sup> É perspectiva geral do mercado que este corte seja o início de um ciclo de baixa na taxa básica de juros. A redução de 0,25 p.p. sugere que o COPOM possui preocupação comum ao mercado<sup>2</sup> quanto ao potencial depressor que taxas tão elevadas possam ter.

A variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de março foi de 0,88%, a mais alta de 2026, e mais alta desde fevereiro de 2025 (1,31%). A inflação acumulada de 2026 é de 1,92%. Embora relativamente alta para um trimestre, o resultado é ligeiramente menor que fechamento do primeiro trimestre de 2025, cuja inflação foi de 2,04%. O acumulado de 12 meses está em 4,14%, embora ainda dentro da banda da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) de 3% ± 1,5 p.p.<sup>3</sup>, tal métrica sofreu grave aumento em março, estando em fevereiro em 3,81%.<sup>4</sup>

A variação do IPCA, atipicamente alta para o mês de março, se deve em grande medida ao aumento de preços nos transportes e alimentação. O grupo de preços da alimentação subiu em parte devido ao fato algumas lavouras e gados terem entrado na entressafra e de o país estar em vias de entrar na época de entressafra generalizada. A guerra no Irã ao restringir a oferta de petróleo constitui uma forte pressão inflacionária por custo de fatores para os referidos grupos de preço, uma vez que o petróleo é matéria prima de fertilizantes e combustíveis.

Embora haja fertilizantes substitutos para os originários do petróleo, estes são exportados principalmente por Rússia, Ucrânia e Belarus, Belarus está fortemente afetada por sanções, Ucrânia pela guerra, Rússia por ambos, tal restrição prévia potencializou o impacto do conflito no Oriente Médio sobre os fertilizantes. O dólar vem caindo continuamente ao longo de todo o primeiro trimestre. O dólar PTAX (compra), findou o ano de 2025 em R\$ 5,5018, tendo atingido R\$ 5,2188 no fechamento do primeiro trimestre, perfazendo uma queda de 5,14%.<sup>5</sup> O USD/BRL no mesmo período caiu 5,89%, de R\$ 5,4778 para R\$ 5,1551.<sup>6</sup> A queda do dólar pode ser explicada pelo diferencial da taxa de juros. Nos EUA durante todo o período a taxa básica de juros se manteve em 3,64% a.a.<sup>7</sup>, no Brasil o mesmo indicador no primeiro trimestre permaneceu em 14,9% a.a., encerrando o período em 14,65% a.a.<sup>8</sup>, de tal modo o diferencial da taxa de juros supera 11 p.p. no trimestre, tornando mercado monetário e de crédito brasileiros muito mais atraentes.

Contribui também para a queda do dólar a diferença entre as dinâmicas gerais dos preços de cada economia, enquanto o Brasil vinha em arrefecimento da inflação (interrompido em março dadas as questões previamente tratadas), os EUA vinham em aceleração. Enquanto a inflação do primeiro trimestre de 2025 foi de 2,04% para o Brasil e 0,68% para os EUA, em 2026 tal métrica caiu para 1,92% no Brasil e para os EUA praticamente dobrou, indo para 1,3%.<sup>9</sup> A concomitância da aceleração da inflação dos EUA e arrefecimento no Brasil faz contratendência à tendência estrutural de desvalorização do real face ao dólar. É digno de nota que a inflação de março de ambos os países foi praticamente a mesma, sendo 0,87% nos EUA e 0,88% no Brasil. A inflação de janeiro chegou a ser maior (0,47% contra 0,33% no Brasil). É historicamente atípico tais níveis de inflação para os EUA, como é atípico que o país norte-americano tenha inflação similar à tupiniquim.

A Guerra do Irã contra EUA e Israel, iniciada em 28/02/2026, ao acelerar a politização do comércio de energia e a busca por alternativas ao dólar em transações petrolíferas enfraquece o petrodólar. Sob sanções e pressão financeira lideradas pelos Estados Unidos, o Irã tem fortes incentivos para vender petróleo fora do circuito do dólar, usando moedas locais, yuan ou acordos de compensação com parceiros como a China, o que reduz a demanda marginal por dólares no comércio energético e pressiona as cotações da moeda para baixo.

No último trimestre de 2025 o desemprego atingiu sua mínima histórica (desde a última metodologia de cálculo) de 5,1%. No último trimestre móvel (dezembro-janeiro-fevereiro) o desemprego havia subido para 5,8%, ainda num nível razoavelmente baixo para o histórico brasileiro. Tal elevação do desemprego pode ser consequência da desaceleração do PIB, que está praticamente estagnado nos últimos três trimestres, tendo crescido 0,3%, 0% e 0,1%. A estagnação se deve em grande medida ao esgotamento do efeito rebote da crise da pandemia.

O mês de março foi marcado pela sensibilização mercadológica dos eventos pertinentes à Guerra do Irã contra EUA e Israel, iniciada no último dia de mês fevereiro. O conflito na região prejudica a oferta global de petróleo. O estreito de Ormuz, criticamente afetado pelo conflito, é trânsito de 20% a 30% de todo o petróleo global, fato que por si só já mina drasticamente o comércio do hidrocarboneto, isso junto à demanda energética do esforço de guerra das nações envolvidas torna o petróleo ainda mais caro.<sup>10</sup> Em 27/02/2026, dia anterior ao início da guerra, o barril do petróleo Brent estava cotado em US\$ 72,48, no fechamento de março o a cotação do ativo estava em US\$ 118,35, um aumento de 63,29% no mês.<sup>11</sup>

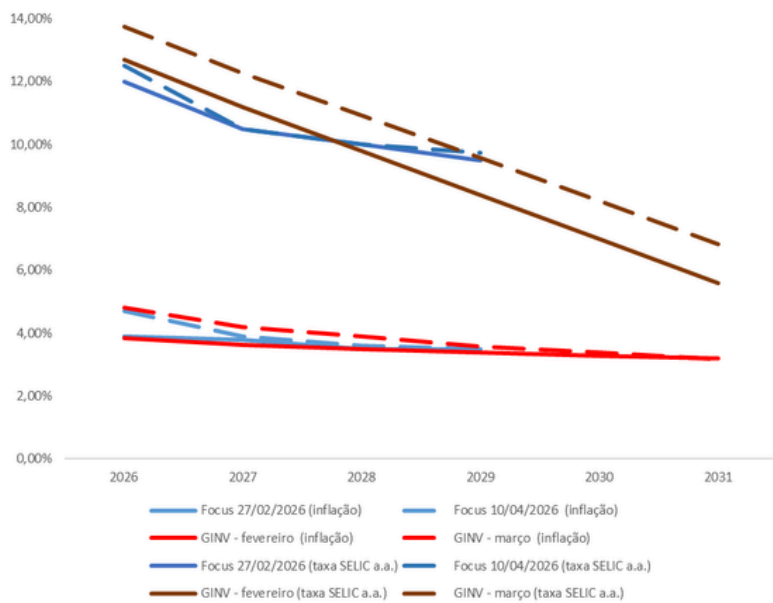
O petróleo, ao ser um fator de produção de fertilizantes, que são fator de produção do setor agrário, e do setor energético, fator de produção de basicamente todas as cadeias de produção, possui um potencial de difusão de inflação enorme.

Acrescenta-se a isso o fato de que a alta do petróleo pressiona também seus bens substitutos e de seus derivados para cima, como a potassa (fertilizante que pode substituir os fertilizantes derivados do petróleo) e o etanol (substituto do GLP e da gasolina, derivados do petróleo). Tais fatos impulsionaram a uma revisão das trajetórias de inflação e taxa/meta SELIC no mercado brasileiro. As de março foram revistas para 4,81% em 2026 e 3,58% em 2029. Veja no Gráfico 1 como as projeções do mercado (boletim Focus) e da GINV/GOIASPREV para a inflação e taxa SELIC antes e após a deflagração da guerra.

Projeta-se, portanto, um possível choque na trajetória da inflação que será absorvido por volta de 2029, quando a inflação voltará para a sua trajetória de equilíbrio, choque este causado pelas hostilidades no Golfo Pérsico. O choque projetado para a taxa básica de juros é mais duradouro, aparentando, no prazo analisado (fechamento do ano corrente mais cinco anos) ser mero deslocamento da trajetória de juros. Tanto para a inflação quanto para a taxa básica, observa-se uma convergência da GINV/GOIASPREV com o mercado a partir de 2029. A trajetória da inflação esperada pelo mercado e pela GINV/GOIASPREV é similar, com mínima diferença até 2029 (com a GINV/GOIASPREV esperando inflação ligeiramente maior). Para a taxa básica de juros, no entanto, embora haja convergência das expectativas em 2029, num futuro próximo projeta-se uma queda na taxa básica de juros menor que a esperada pelo mercado.



## GRÁFICO C1 - TREJETÓRIA DA INFLAÇÃO E TAXA SELIC PREJETADAS ANTES E APÓS A GUERRA DO IRÃ



Projeta-se a manutenção de uma taxa de desemprego praticamente estável, que deverá oscilar em torno de 5,1% ao longo de todo o horizonte de projeção, permanecendo muito próxima do mínimo histórico observado no final de 2025 (5,10%). A trajetória projetada indica pequenas variações marginais, com leve recuo até 2027 e discreta recomposição a partir de 2028, sem caracterizar, contudo, um choque adverso no mercado de trabalho. Trata-se, portanto, de um processo de acomodação estrutural, típico de economias que atingem um patamar próximo ao pleno emprego. A Lei de Okun opera com inclinação reduzida: taxas de crescimento do PIB próximas a 2%, e em desaceleração gradual, tendem a produzir efeitos praticamente nulos sobre o desemprego, ou até ligeiramente adversos, à medida que ganhos de produtividade e ajustes setoriais compensam a expansão da demanda por trabalho. Assim, a economia transita de uma fase de recuperação cíclica para um regime de crescimento próximo, ou levemente abaixo, do seu potencial.

Essa leitura é plenamente compatível com a trajetória projetada do PIB, que indica uma desaceleração suave, de 2,30% em 2025 para 1,66% em 2031.

Não se trata de um cenário recessivo, mas de um ambiente de crescimento declinante, característico de economias sujeitas a restrições estruturais persistentes, como baixa produtividade, limitações fiscais e um ambiente de investimento ainda pouco dinâmico. O crescimento projetado mostra-se insuficiente para gerar um impulso adicional relevante sobre o emprego, sobretudo em um contexto de expansão ainda positiva, embora modesta, da força de trabalho.

Por fim, a estagnação do desemprego em níveis historicamente baixos, combinada ao crescimento moderado do PIB, tende a conter a expansão da massa salarial real, reduzindo o dinamismo do consumo das famílias, tradicional motor da demanda agregada no Brasil. Esse mecanismo retroalimenta a desaceleração econômica, implicando multiplicadores de renda e fiscais mais fracos. Consolida-se, assim, um equilíbrio de baixo dinamismo: estável, não recessivo, porém insuficiente para promover avanços significativos no quadro social ou produtivo no médio prazo.

<sup>1</sup> BANCO CENTRAL: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascomom>

<sup>2</sup> BANCO CENTRAL: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20260410.pdf>

<sup>3</sup> BANCO CENTRAL: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/metainflacao>

<sup>4</sup> IBGE: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/46377-em-marco-ipca-vai-a-0-88>

<sup>5</sup> IPEADATA: <https://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38590&module=M>

<sup>6</sup> INVESTING: <https://br.investing.com/currencies/usd-brl>

<sup>7</sup> CEICDATA: <https://www.ceicdata.com/pt/indicator/united-states/policy-rate>

<sup>8</sup> BANCO CENTRAL: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>

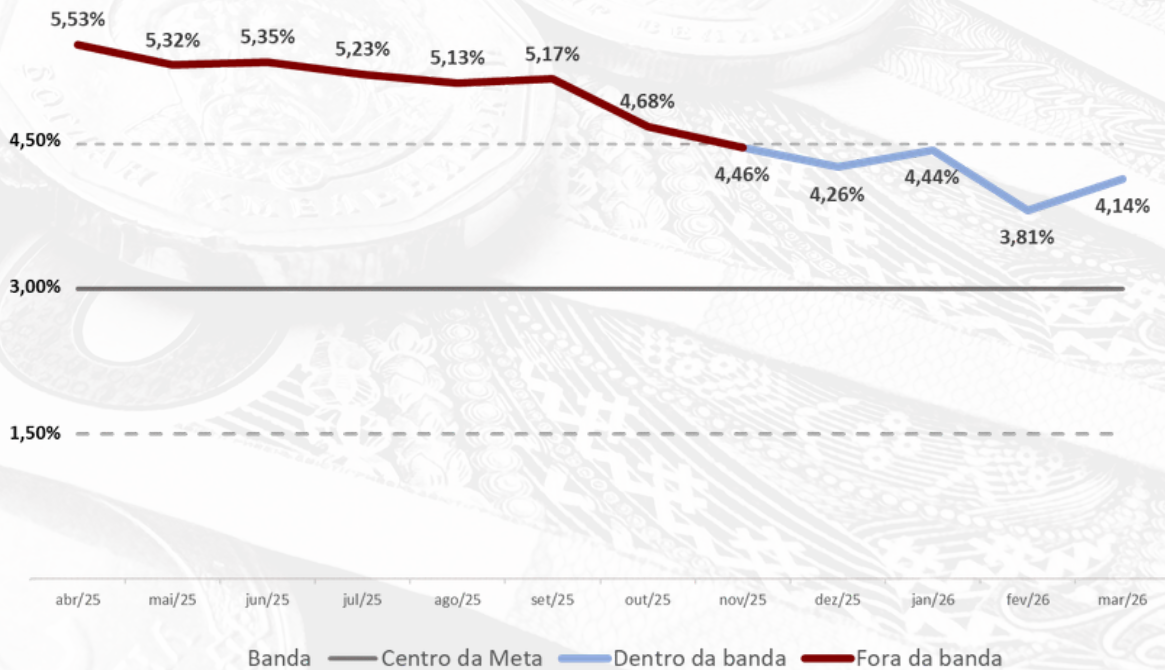
<sup>9</sup> FED: <https://fred.stlouisfed.org/series/CPIAUCSL>

<sup>10</sup> STRAUSS CENTER: <https://www.strausscenter.org/strait-of-hormuz-about-the-strait/>

<sup>11</sup> INVESTING: <https://br.investing.com/commodities/brent-oil-historical-data>

# Análise da Inflação

GRÁFICO 1 - COMPORTAMENTO DA INFLAÇÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES



O gráfico 1 apresentado evidencia a trajetória da inflação acumulada em 12 meses ao longo do período analisado, destacando um movimento gradual de desaceleração após níveis inicialmente elevados. Nos primeiros meses, observa-se que a inflação permanece acima do limite superior da banda de tolerância da meta, indicando um cenário ainda marcado por pressões inflacionárias e desvio em relação ao objetivo estabelecido pela política monetária.

À medida que o tempo avança, a série passa a apresentar reduções sucessivas, revelando um processo contínuo de arrefecimento inflacionário. Esse movimento descendente ocorre de forma relativamente estável, refletindo a atuação de uma política monetária mais restritiva, cujo objetivo é conter o ritmo de crescimento dos preços e promover a convergência da inflação para patamares mais compatíveis com a meta.

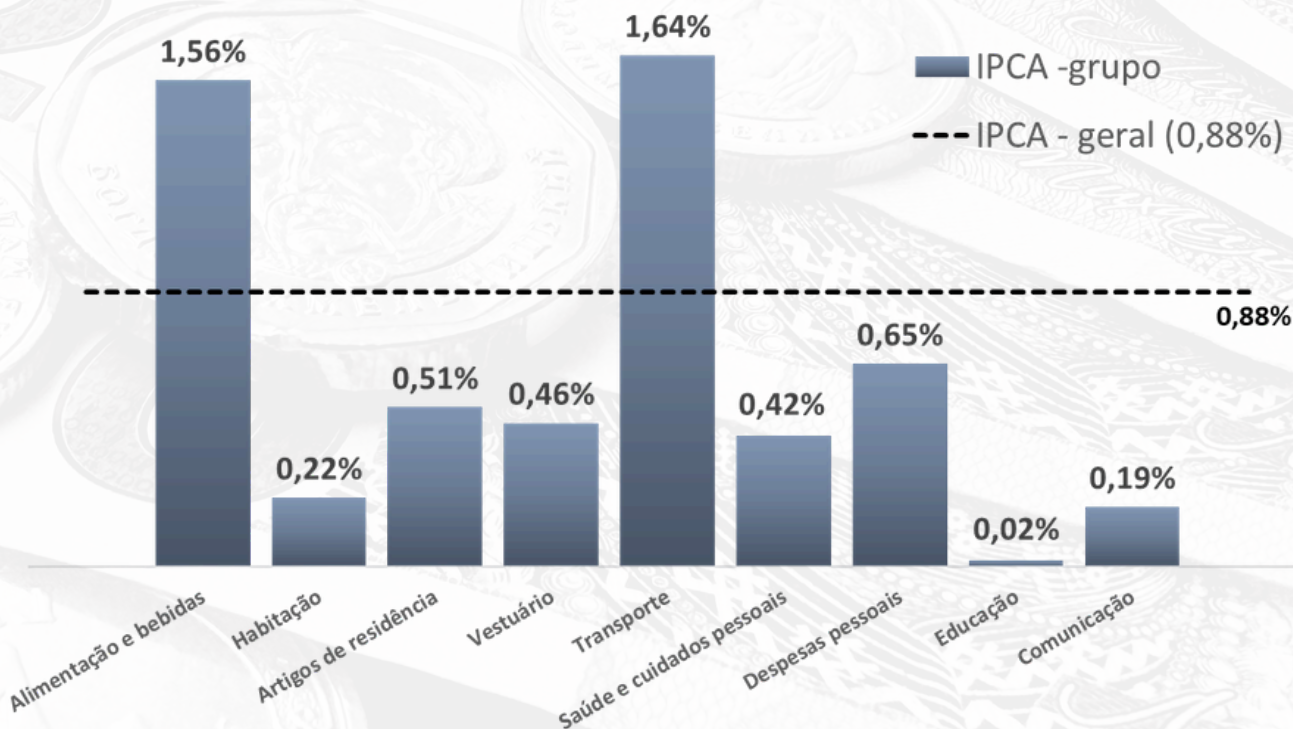
Um ponto relevante do gráfico é o momento em que a inflação acumulada deixa de ultrapassar o limite superior da banda e passa a situar-se dentro do intervalo de tolerância.

A mudança de coloração da linha reforça visualmente essa transição, indicando a passagem de um período de inflação fora da banda para um cenário em que os resultados passam a se alinhar aos parâmetros estabelecidos pelo regime de metas.

Nos períodos subsequentes, a inflação permanece dentro da banda de tolerância, ainda que com pequenas oscilações em torno desse intervalo. Esse comportamento sugere um processo de estabilização, no qual as pressões inflacionárias parecem estar mais controladas, refletindo a efetividade do conjunto de medidas adotadas pela política monetária. O mês de março teve um comportamento crescente devido às instabilidades no cenário internacional e a alta do preço do barril de petróleo que refletiu diretamente no preço dos combustíveis.

Assim, o gráfico evidencia um processo de convergência gradual da inflação em direção ao intervalo compatível com a meta, indicando que, após um período de maior desvio, o comportamento dos preços passa a demonstrar maior aderência aos objetivos estabelecidos pelas autoridades monetárias.

## GRÁFICO 2 - IPCA POR GRUPO DE PREÇOS



O gráfico referente à inflação por grupos no mês de março de 2026 evidencia a contribuição heterogênea dos diferentes componentes do índice geral de preços ao consumidor (IPCA), que registrou variação de 0,88% no período. Observa-se que alguns grupos apresentaram variações significativamente acima da média, exercendo maior pressão inflacionária, enquanto outros registraram variações mais moderadas ou praticamente estáveis.

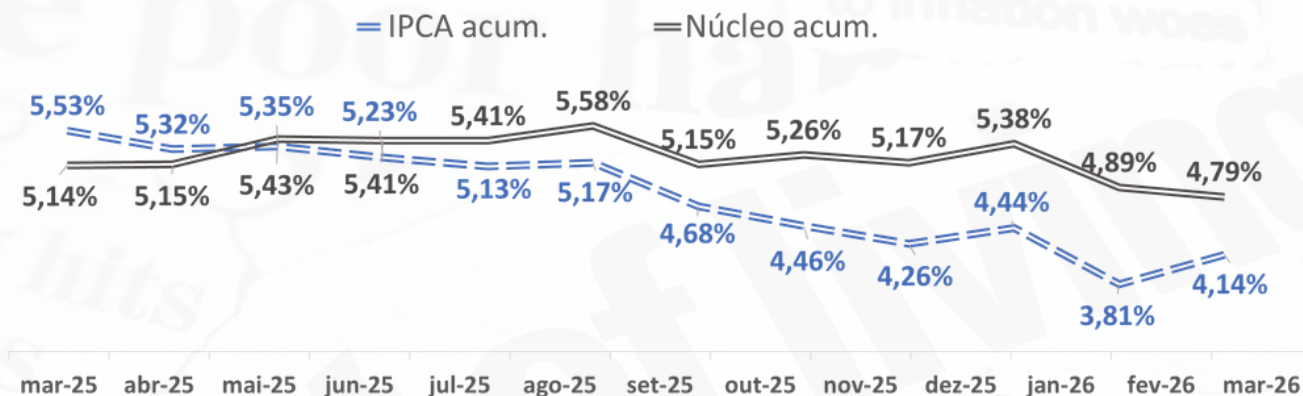
Destacam-se, entre os grupos com maior elevação, Transporte (1,64%) e Alimentação e bebidas (1,56%), ambos com variações bastante superiores ao IPCA geral. Esses dois grupos, tradicionalmente mais voláteis e sensíveis a choques de oferta e demanda, foram os principais responsáveis pela elevação do índice no mês, impactando diretamente o custo de vida da população, sobretudo das famílias de menor renda, que possuem maior comprometimento do orçamento com alimentação.

Em um nível intermediário, aparecem os grupos Despesas pessoais (0,65%), Artigos de residência (0,51%) e Vestuário (0,46%), todos com variações positivas, porém abaixo da média geral.

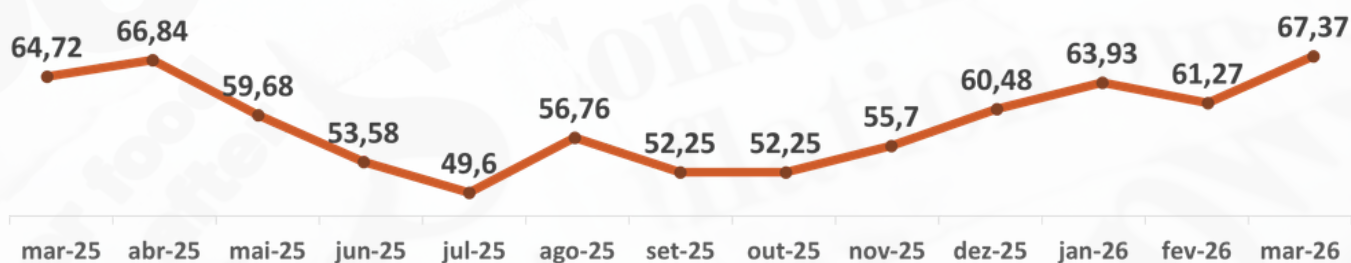
Esses resultados indicam uma pressão inflacionária moderada nesses segmentos, contribuindo para o índice, mas sem protagonismo no movimento inflacionário do período. Por outro lado, os grupos Saúde e cuidados pessoais (0,42%), Habitação (0,22%) e Comunicação (0,19%) apresentaram variações mais contidas, ajudando a suavizar o índice geral. Destaca-se ainda o grupo Educação (0,02%), praticamente estável no mês, o que pode estar associado à ausência de reajustes relevantes no período, uma vez que esse grupo costuma apresentar variações mais expressivas em meses específicos do ano.

Dessa forma, a análise do gráfico demonstra que a inflação de março de 2026 foi fortemente influenciada por choques concentrados em grupos específicos, especialmente transporte e alimentação, enquanto os demais grupos apresentaram comportamento mais estável. Essa composição reforça a importância de uma análise desagregada do índice, permitindo identificar os principais vetores de pressão inflacionária e compreender melhor seus impactos sobre o poder de compra da população.

### GRÁFICO 3 - IPCA ACUMULADO EM 12 MESES VS. NÚCLEO DA INFLAÇÃO



### GRÁFICO 4 - DIFUSÃO DA INFLAÇÃO (%)



O Gráfico 3 apresenta a evolução do IPCA acumulado em 12 meses em comparação com o núcleo da inflação no período de março de 2025 a março de 2026. Observa-se que o IPCA iniciou o período em 5,53%, mantendo-se relativamente estável até meados do ano e passando a apresentar trajetória de queda a partir de outubro de 2025, quando registrou 4,68%, atingindo 4,14% em março de 2026. Já o núcleo da inflação, que exclui componentes mais voláteis, apresentou movimento distinto, iniciando em 5,14% e gradualmente se elevando ao longo do período até janeiro de 2026, quando houve um declínio, alcançando 4,79% em março de 2026. Esse comportamento indica que, apesar da desaceleração do índice cheio, as pressões inflacionárias subjacentes permanecem relativamente elevadas.

O Gráfico 4 apresenta a evolução da difusão da inflação, indicador que mede a proporção de itens do índice de preços que registraram aumento em determinado período. Observa-se que a difusão iniciou em 64,72% em março de 2025, alcançando 66,84% em abril, e posteriormente apresentou tendência de queda até 49,60% em julho de 2025. A partir desse ponto, o indicador voltou a subir gradualmente, atingindo 63,93% em janeiro de 2026, com leve recuo para 61,27% em fevereiro de 2026, mas avanço para 67,37% em março de 2026. Esse movimento sugere que, embora tenha ocorrido desaceleração do índice geral de inflação, a disseminação dos aumentos de preços ainda permanece relativamente elevada.

## Imunização de carteiras nos RPPS em ambiente de juros altos e volatilidade

Felipe da Silva



Em março de 2026, o cenário econômico permanece caracterizado por juros reais elevados nas NTN-Bs, oferecendo prêmios de risco atrativos para investidores com horizonte de longo prazo. Como títulos federais indexados ao IPCA com taxa real garantida, as NTN-Bs alinham-se às necessidades dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), cujos passivos são sensíveis à dinâmica inflacionária.

A estratégia de investimento dos RPPS é orientada pela meta atuarial, o retorno mínimo necessário para assegurar o equilíbrio do plano ao longo do tempo. Nesse contexto, a imunização da carteira previdenciária, baseada no conceito de casamento entre ativos e passivos (ALM), ganha relevância. O atual patamar de juros reais permite a fixação de taxas compatíveis ou superiores à meta atuarial, reduzindo riscos de reinvestimento e fortalecendo a sustentabilidade do regime.

A consolidação de uma alocação relevante em NTN-Bs, com foco no carregamento até o vencimento, assume papel estruturante na carteira, sendo combinada com alocações em títulos públicos de alta liquidez para gestão operacional. Tal estratégia garante um equilíbrio adequado entre previsibilidade e flexibilidade.

A garantia de taxas reais predefinidas traz segurança no atingimento da meta atuarial, permitindo que eventuais excedentes de rentabilidade sejam, de forma prudente e controlada, direcionados à diversificação em ativos com maior exposição a risco, buscando ganhos adicionais sem comprometer a solidez do conjunto.

Essa abordagem técnica, prudente e orientada por fundamentos atuariais, reafirma o papel de uma gestão responsável em um contexto de maior exigência regulatória e de constante evolução do mercado. A adoção de estratégias alinhadas ao perfil das obrigações previdenciárias mostra-se essencial para garantir a sustentabilidade dos regimes próprios, constituindo um pilar fundamental para a construção de uma política de investimentos sólida e capaz de assegurar o cumprimento da meta atuarial ao longo do tempo.

### *Felipe da Silva*

Bacharel em Ciências Econômicas - UPIS. MBA em finanças e economia - IPEMIG. Mestrando em Economia - UFG.

Analista contratado pela Goiás Previdência.

# Enquadramento

**TABELA 2 - LIMITE DE ALOCAÇÃO SEGUNDO A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS**

	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Res. 5.272/25	Alvo
<b>Subcarteira Imunização</b>	0%	70%		60,00%
Art. 7, II e III	0%	70%	100%	
<b>Subcarteira de Liquidez e Estabilidade</b>	0%	40%		38,22%
Art. 7, II e III	0%	100%	100%	
Art. 7, I	0%	100%	100%	
Art. 7, V	0%	60%	80%	
<b>Subcarteira de Riscos</b>	0%	10%		1,78%
Art 8º	0%	70%	50%	
Art 9º	0%	30%	10%	
Art 10º, I	0%	30%	15%	

A Tabela 2 acima apresenta a estrutura de limites adotada na política, organizando a carteira em três grandes subcarteiras: Imunização, Liquidez e Estabilidade, e Riscos. Para cada bloco, são definidos limites inferiores e superiores, bem como os percentuais-alvo de alocação estabelecidos na Política de Investimentos de 2026, sempre respeitando os parâmetros máximos estabelecidos pela Resolução.

Observa-se que a Subcarteira de Imunização possui limite superior de 70% e alvo de 60%, evidenciando prioridade na proteção atuarial por meio de ativos aderentes ao passivo.

A Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, com limite de até 40% e alvo próximo desse patamar, reforça o compromisso com disponibilidade de recursos para a gestão de fluxo e solvência das obrigações atuariais.

Já a Subcarteira de Riscos, limitada a 10% da carteira, é composta pelos recursos provenientes da rentabilidade que excedeu a meta atuarial em meses anteriores. A tabela torna-se a referência para o acompanhamento dos enquadramentos definidos na Política de Investimentos de 2026.

**TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO POR ENQUADRAMENTO LEGAL  
(RES. CMN 5272/2025)**

DISPOSIÇÃO LEGAL	DESCRIÇÃO	LIMITE LEGAL	POSIÇÃO EM 31/03/2026
Art. 7º inciso I	Cotas de classes de fundos "Renda Fixa" (ETF), negociáveis em bolsa de valores aplicados exclusivamente em títulos de emissão do Tesouro Nacional, ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos.	100,00%	57,74%
Art. 7º inciso II	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, adquiridos em oferta primária ou em plataformas de negociação eletrônica.	100,00%	
Art. 7º inciso III	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Selic, adquiridos por intermediação de instituição financeira	100,00%	
Art. 7º inciso IV	Operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Selic	5,00%	
Art. 7º inciso V	Cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa", constituídas em regime aberto, e cotas de classes de ETF de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, ambos sem o sufixo "Crédito Privado"	80,00%	41,44%
Art. 7º inciso VI	Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias	20,00%	
Art. 7º inciso VII	Cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa" e denominadas com o sufixo "Crédito Privado"	20,00%	
Art. 7º inciso VIII	Cotas de classes de fundos de investimento	20,00%	
Art. 7º inciso IX	Cotas de subclasses sênior de fundos de investimento em direitos creditórios – FIDC	20,00%	
Art. 8º	Renda variável	50,00%	0,81%
Art. 9º	Investimento no exterior	10,00%	
Art. 10º	Investimento estruturado	20,00%	
Art. 11º	Fundos imobiliários	20,00%	

A Tabela 3, em síntese, evidencia os limites normativos alinhados à regulamentação vigente na Resolução CMN nº 5.272/2025 e materializa-se em uma carteira predominantemente composta por ativos de renda fixa, com baixa exposição a segmentos de maior risco. Ressalta-se que o nível de Pró-Gestão é um fator determinante no acesso aos incisos da Resolução.

Contudo, a GOIASPREV, que possui o nível máximo de Pró-Gestão, tem acesso a todos os tipos de ativos descritos na norma legal, desde que permitido em sua Política de Investimentos. Em suma, os dados indicam pleno enquadramento às normas legais estabelecidas.

# Desempenho

A composição atual da carteira reflete, em grande medida, o posicionamento definido pela Política de Investimentos de 2025, que prioriza a liquidez e a alocação em renda fixa atrelada a títulos públicos por meio de fundos de investimento.

A transição para a nova estrutura de alocação foi iniciada em Março de 2026, após a conclusão do processo de custódia, etapa necessária para viabilizar a implementação da estratégia prevista na política vigente.

Com a finalização desse processo, parte significativa dos recursos atualmente aplicados em fundos de investimento em renda fixa será gradualmente direcionada para a aquisição direta de títulos públicos federais, marcados a mercado pela curva, no âmbito da Subcarteira de Imunização a partir de Abril de 2026. Essa mudança permitirá maior aderência entre os fluxos dos ativos e as obrigações atuariais do regime.

## TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO

	CNPJ / CÓDIGO ISIN	%	SALDO FEVEREIRO	%	SALDO MARÇO
<b>SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE</b>		<b>99,12%</b>	<b>R\$808.082.870,74</b>	<b>99,19%</b>	<b>R\$845.671.740,28</b>
CAIXA BRASIL TP FI RF LP	05.164.356/0001-84	4,54%	R\$36.988.452,42	4,39%	R\$37.416.317,40
CAIXA ALIANCA TP FI RF	05.164.358/0001-73	7,08%	R\$57.726.880,34	6,85%	R\$58.415.522,23
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	10.740.670/0001-06	19,98%	R\$162.877.797,44	19,29%	R\$164.467.503,90
BB RF REF DI TIT PUB FI LP	11.046.645/0001-81	1,56%	R\$12.711.058,64	1,51%	R\$12.866.764,55
CAIXA TOPAZIO FIF RF REF DI LP	11.061.230/0001-87	1,37%	R\$11.156.102,13	3,81%	R\$32.503.833,99
BB PREV RF IRF-M1 TP	11.328.882/0001-35	16,13%	R\$131.528.327,72	15,58%	R\$132.819.025,18
CAIXA BRASIL GESTAO ESTRAT.	23.215.097/0001-55	0,52%	R\$4.234.752,16	1,44%	R\$12.300.287,28
BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF-M 1+	32.161.826/0001-29	3,16%	R\$25.744.811,70	2,98%	R\$25.413.472,26
BB PREV RF TP VÉRTICE 2027	46.134.096/0001-81	1,48%	R\$12.053.253,64	1,44%	R\$12.261.209,62
BB PREV RF TP VÉRTICE 2030	46.134.117/0001-69	0,46%	R\$3.789.589,55	0,45%	R\$3.811.862,62
CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	03.737.206/0001-97	18,65%	R\$152.067.540,02	18,05%	R\$153.860.887,48
BB PREV FLUXO RF SIMPLES FIC	13.077.415/0001-05	0,04%	R\$353.623,33	0,04%	R\$357.668,13
BB PREV RF PERFIL FIC FI	13.077.418/0001-49	12,58%	R\$102.529.774,42	12,17%	R\$103.748.310,49
CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	23.215.008/0001-70	11,57%	R\$94.320.907,22	11,19%	R\$95.385.079,73
LTN - 01/04/2027	BRSTNCLTN810	-	-	0,01%	R\$43.995,42

	CNPJ / CÓDIGO ISIN	%	SALDO FEVEREIRO	%	SALDO MARÇO
<b>SUBCARTEIRA DE RISCOS</b>					
		<b>0,88%</b>	<b>R\$7.162.431,16</b>	<b>0,81%</b>	<b>R\$6.920.583,62</b>
<b>BB ACOES GOVERNANCA</b>	10.418.335/0001-88	0,45%	R\$3.635.802,24	0,42%	R\$3.608.324,93
<b>CAIXA BRASIL ACOES LIVRE</b>	30.068.169/0001-44	0,31%	R\$2.499.124,19	0,27%	R\$2.330.054,35
<b>CAIXA FIA ELETROBRAS</b>	45.443.475/0001-90	0,13%	R\$1.027.504,73	0,12%	R\$982.204,34
<b>CONTAS CORRENTES</b>			<b>R\$7.769.591,46</b>		<b>R\$2.132,88</b>
BANCO DO BRASIL	-		-	-	-
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-		R\$7.769.591,46	-	-
BTG PACTUAL					R\$2.132,88
<b>TOTAL DA CARTEIRA</b>		<b>100%</b>	<b>R\$823.014.893,36</b>	<b>100%</b>	<b>R\$852.594.456,78</b>

Entre os fundos da Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, destacam-se aqueles com maior participação relativa, responsáveis por concentrar parcela significativa dos recursos e contribuir para a manutenção da segurança e liquidez da carteira, caracterizados pela possibilidade de resgate rápido. As variações observadas entre fevereiro e março refletem ajustes pontuais nas posições, com pequenos aumentos ou reduções decorrentes tanto de movimentações de alocação quanto da própria atualização dos valores de mercado.

Já a Subcarteira de Riscos possui participação bastante reduzida no total da carteira, inferior a 1%, sendo composta por fundos de ações. Essa estrutura demonstra uma exposição limitada a ativos de maior volatilidade, mantendo o foco principal na preservação do capital.

Por fim, observa-se que o total da carteira apresenta variação entre os dois meses analisados, refletindo as oscilações naturais dos investimentos e eventuais movimentações financeiras realizadas no período.

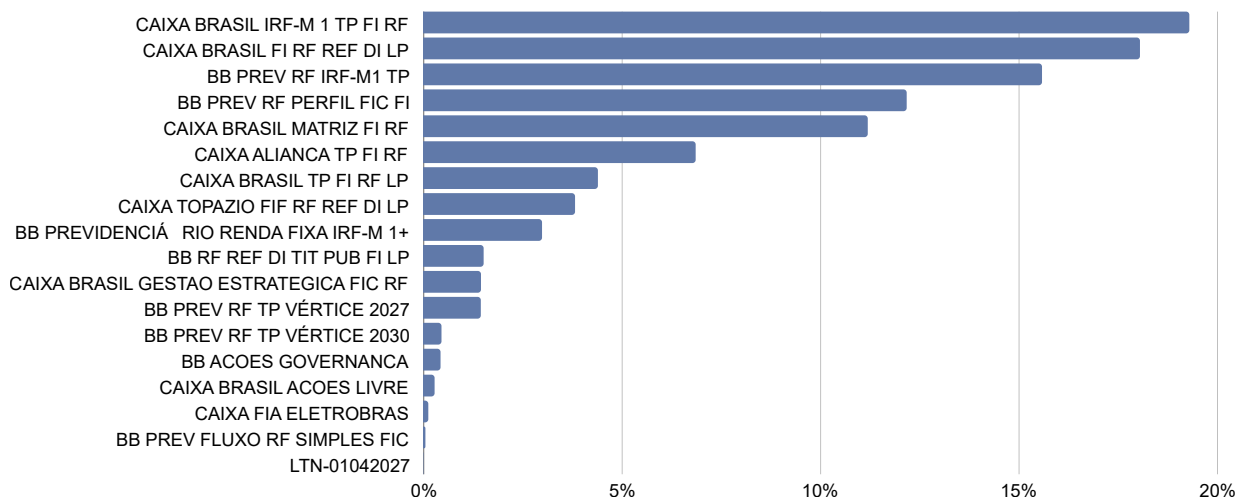
De forma geral, a estrutura da carteira permanece alinhada à Política de Investimentos vigente no que se refere à sua técnica e segurança, priorizando estabilidade, liquidez e controle de riscos.

A composição apresentada na tabela 4 demonstra uma alocação amplamente concentrada em ativos de renda fixa, especialmente em fundos referenciados em títulos públicos federais, o que está em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 5.272/2025, que disciplina a aplicação dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). A referida normativa incentiva uma gestão pautada na segurança, liquidez e solvência, priorizando ativos de menor risco e maior previsibilidade de retorno.

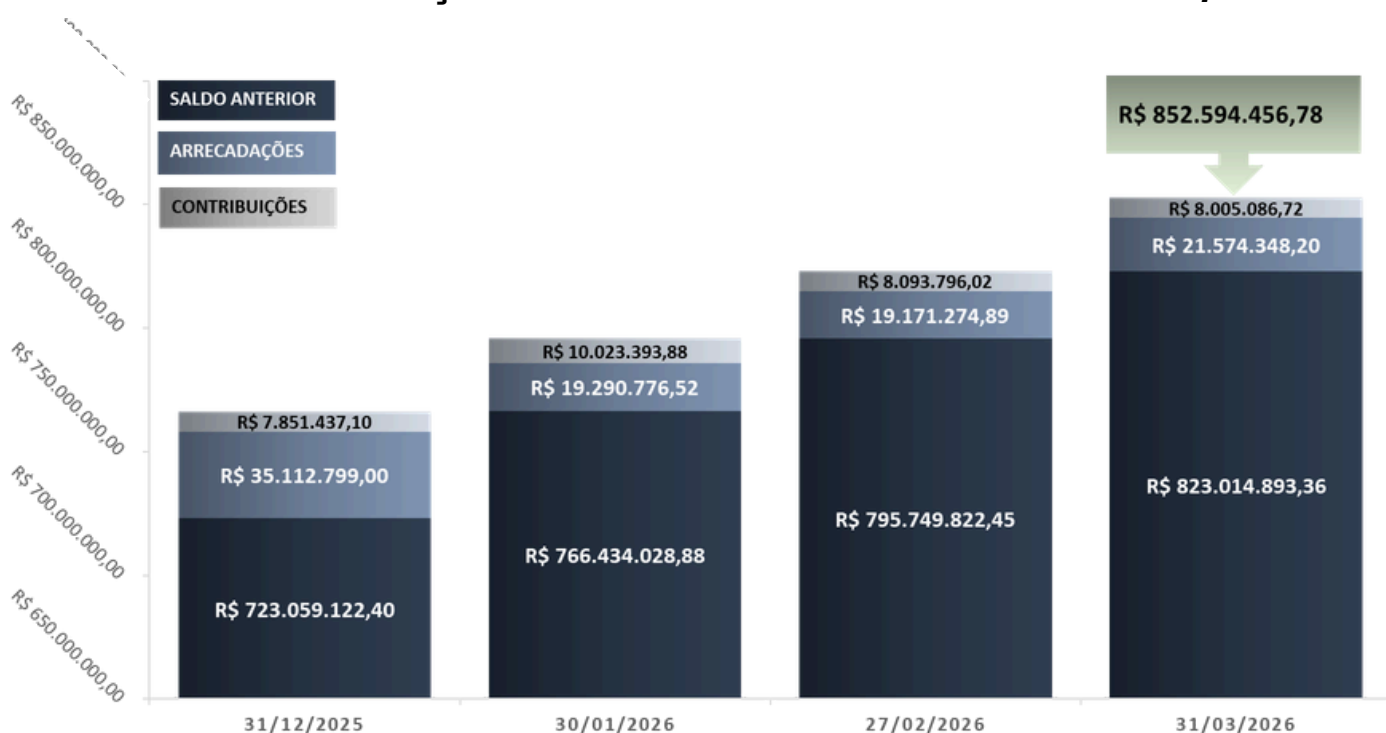
Por outro lado, a presença de uma pequena parcela alocada na Subcarteira de Riscos, composta por fundos de ações, também se mostra compatível com a regulamentação, que permite exposição controlada a ativos de maior volatilidade, desde que respeitados os limites normativos e os princípios de diversificação.

O Gráfico 5 apresenta a concentração dos investimentos no Fundo Previdenciário, evidenciando a participação relativa de cada ativo na composição da carteira. Observa-se que uma parcela significativa dos recursos está concentrada em poucos fundos, enquanto os demais apresentam participações menores e mais diluídas. De modo geral, a distribuição indica predominância de investimentos em fundos de investimento em renda fixa, com menor participação de ativos de maior risco, refletindo uma estratégia voltada à estabilidade, liquidez e diversificação da carteira.

**GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS NO FUNDO PREVIDENCIÁRIO**



**GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DESDE DEZEMBRO/2025**



O gráfico 6 aponta o fechamento mês a mês desde dezembro de 2025. Em março de 2026, houve um acréscimo de R\$ 21 milhões com as arrecadações, e um rendimento de R\$ 8 milhões com base nos valores investidos pela Gerência de Investimentos da Goiás Previdência. Com isso, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo Previdenciário em 31 de março de 2026 é de R\$ 823 milhões.

**TABELA 5 - PERFIL, APLICAÇÕES, RESGATES E RENDIMENTOS**

	MOVIMENTAÇÕES	TIPO DE RESGATE	RENDIMENTO	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
<b>SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE</b>			<b>R\$7.883.374,79</b>	<b>R\$808.082.870,74</b>	<b>R\$845.671.740,28</b>
↳ CAIXA BRASIL TP	-	D+0	R\$427.864,98	R\$36.988.452,42	R\$37.416.317,40
↳ CAIXA ALIANCA TP	-	D+0	R\$688.641,88	R\$57.726.880,34	R\$58.415.522,23
↳ CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP	-	D+0	R\$1.589.706,45	R\$162.877.797,44	R\$164.467.503,90
↳ BB RF REF DI TP	-	D+0	R\$155.705,91	R\$12.711.058,64	R\$12.866.764,55
↳ CAIXA TOPAZIO REF DI	21.198.835,83	D+0	R\$148.896,03	R\$11.156.102,13	R\$32.503.833,99
↳ BB PREV RF IRF-M1 TP	-	D+1	R\$1.290.697,46	R\$131.528.327,72	R\$132.819.025,18
↳ CAIXA GESTAO ESTRAT.	8.099.104,03	D+0	-R\$33.568,91	R\$4.234.752,16	R\$12.300.287,28
↳ BB PREV RF IRF-M 1+	-	D+0	-R\$331.339,45	R\$25.744.811,70	R\$25.413.472,26
↳ BB TP VÉRTICE 2027	-	D+0	R\$207.955,98	R\$12.053.253,64	R\$12.261.209,62
↳ BB VÉRTICE 2030	-	D+0	R\$22.273,06	R\$3.789.589,55	R\$3.811.862,62
↳ LTN-01042027	43.867,13	D+1	R\$128,29	R\$152.067.540,02	R\$43.995,42
↳ CAIXA BRASIL REF DI	-	D+0	R\$1.793.347,46	R\$353.623,33	R\$153.860.887,48
↳ BB PREV FLUXO SIMPLES	-	D+0	R\$4.044,80	R\$102.529.774,42	R\$357.668,13
↳ BB PREV PERFIL	-	D+0	R\$1.218.536,07	-	R\$103.748.310,49
↳ CAIXA BRASIL MATRIZ	-	D+0	R\$1.064.172,51	R\$94.320.907,22	R\$95.385.079,73
<b>SUBCARTEIRA DE RISCO</b>			<b>R\$210.421,23</b>	<b>R\$7.162.431,16</b>	<b>R\$6.920.583,62</b>
↳ BB ACOES GOVERNANCA		D+3	R\$139.464,31	R\$3.635.802,24	R\$3.608.324,93
↳ CAIXA AÇOES LIVRE		D+15	-R\$43.068,45	R\$2.499.124,19	R\$2.330.054,35
↳ CAIXA ELETROBRAS		D+3	R\$114.025,37	R\$1.027.504,73	R\$982.204,34

\*É considerado movimentação financeira o resultado de todas as aplicações e resgates em cada fundo supra mencionado.

\*Aos fundos vértices não são admitidos resgates antes do vencimento, esta movimentação trata-se do pagamento de cupom de juros, evento esse que ocorre para títulos a vencer em anos pares todo dia 15/02 e 15/08 de cada ano.

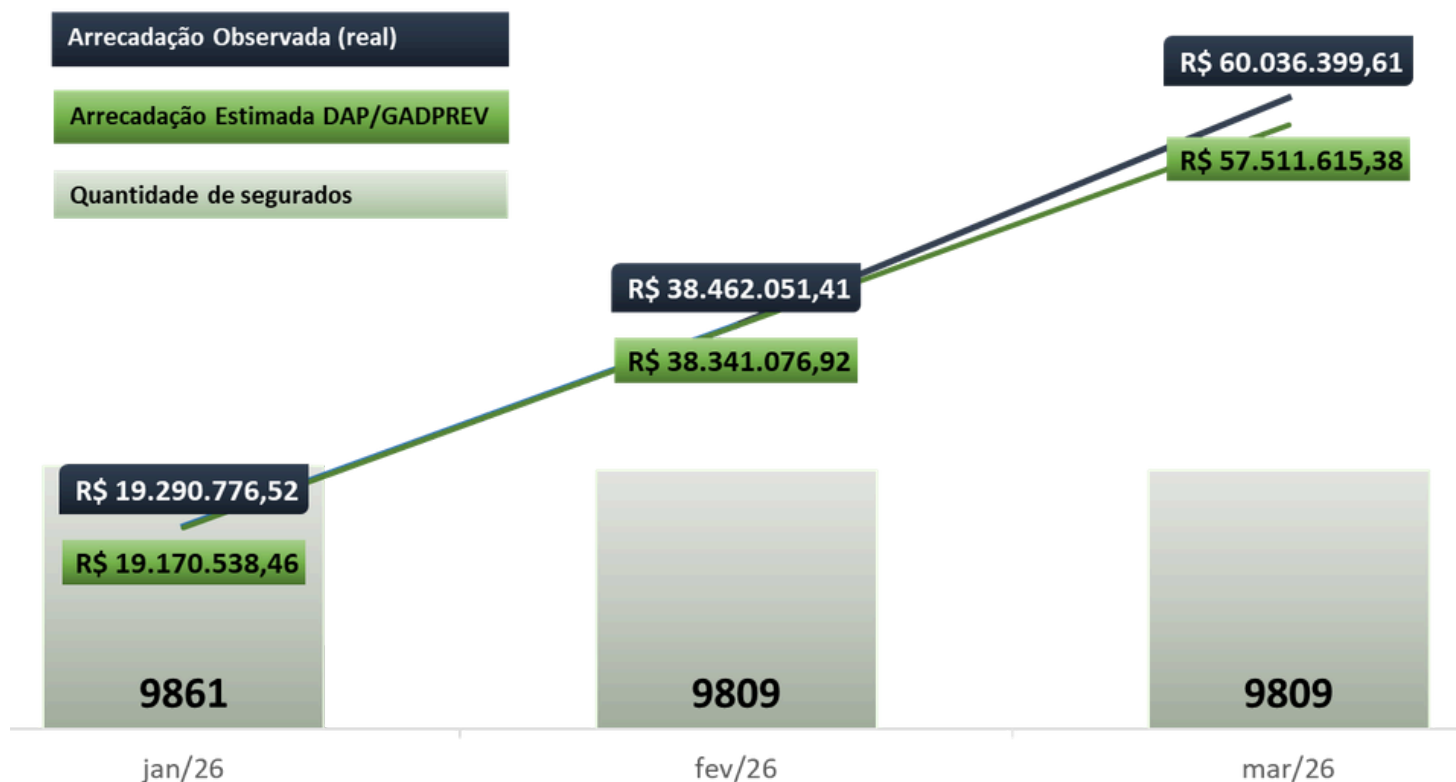
A Tabela 5 apresenta as movimentações, rendimentos e saldos dos fundos que compõem a carteira no período analisado. Observa-se que os fundos de renda fixa concentram a maior parte dos recursos e foram responsáveis pela maior parcela do rendimento, refletindo a estratégia conservadora da carteira. Já os fundos de renda variável, apesar da menor participação, apresentam maiores oscilações de rendimento, típicas dessa classe de ativos.

A Tabela 6 expõe que no mês de março foi retido aproximadamente R\$189 mil reais em taxa de administração em favor das instituições financeiras, ou seja, algo em torno de 0,022% do saldo do fundo previdenciário em fevereiro. Na Resolução CMN nº 5.272/2025 são vedadas aplicações em fundos que não sejam exclusivamente constituídos de títulos públicos cuja participação de RPPS supere 50% dos fundos. A GOIASPREV ainda possui posição em alguns fundos que estão em desacordo com a Resolução CMN nº 5.272/2025, nestes casos novos aportes foram bloqueados e resgates podem acontecer a depender da estratégia adotada pela GOIASPREV. Os fundos têm até 23 meses para se adequarem à nova regra acima.

**TABELA 6 - CUSTOS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS FUNDOS**

	% do PL de RPPS	TAXA ADM ANUAL	TAXA ADM MENSAL	TAXA ADM RETIDA
				<b>R\$189.454,40</b>
↳ CAIXA BRASIL TP	49,80%	0,20%	0,02%	R\$6.527,05
↳ CAIXA ALIANCA TP	36,60%	0,20%	0,02%	R\$10.190,24
↳ CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP	95,90%	0,20%	0,02%	R\$28.690,37
↳ BB RF REF DI TP	15,20%	0,10%	0,01%	R\$1.122,78
↳ CAIXA TOPAZIO REF DI	4,40%	0,10%	0,01%	R\$2.836,34
↳ BB PREV RF IRF-M1 TP	54,90%	0,10%	0,01%	R\$11.590,02
↳ CAIXA GESTAO ESTRAT.	97,70%	0,40%	0,03%	R\$4.287,52
↳ BB PREV RF IRF-M 1+	40,80%	0,30%	0,03%	R\$6.646,81
↳ BB TP VÉRTICE 2027	59,10%	0,20%	0,02%	R\$2.138,89
↳ BB VÉRTICE 2030	67,00%	0,20%	0,02%	R\$664,96
↳ LTN-01042027	-	-	-	R\$0,00
↳ CAIXA BRASIL REF DI	70,50%	0,20%	0,02%	R\$62,39
↳ BB PREV FLUXO SIMPLES	50,30%	1,00%	0,09%	R\$90.163,20
↳ BB PREV PERFIL	51,20%	0,20%	0,02%	R\$16.639,36
↳ CAIXA BRASIL MATRIZ	60,60%	0,20%	0,02%	R\$7,67
↳ CAIXA ATENA AÇÕES LIVRE	99,80%	2,00%	0,1416%	R\$3.159,72
↳ BB AÇÕES GOVERNANÇA	50,10%	1,00%	0,0711%	R\$4.324,22
↳ CAIXA FIA ELETROBRAS	18,00%	0,45%	0,0321%	R\$402,84

## GRÁFICO 7 – ARRECADAÇÃO OBSERVADA E ESTIMADA ACUMULADA DESDE JANEIRO DE 2026



O gráfico apresentado evidencia a evolução da arrecadação previdenciária ao longo dos meses de janeiro a março de 2026, comparando os valores efetivamente arrecadados com aqueles estimados pela Gerência de Atuária e Dados Previdenciários, além de indicar a quantidade de segurados vinculados ao Fundo Previdenciário. Observa-se, inicialmente, uma queda no número de segurados passando de 9.861 em janeiro para 9.809 em fevereiro e mantendo-se estável em março. Entre fevereiro e março, o valor permaneceu constante, uma vez que o Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR) divulga essas informações apenas de forma semestral.

No que se refere à arrecadação, verifica-se que, nos meses de janeiro e fevereiro, os valores realizados apresentam elevada aderência às estimativas, com diferenças pouco significativas. Esse alinhamento indica que a metodologia adotada pela área atuarial é consistente e capaz de projetar, com razoável precisão, o comportamento

da arrecadação em condições normais. No entanto, no mês de março, observa-se um descolamento mais expressivo entre os valores, com a arrecadação efetiva superando a estimada em aproximadamente R\$ 2,5 milhões. Ademais, a defasagem na atualização da quantidade de segurados pode contribuir para a subestimação da arrecadação, uma vez que eventuais variações no número de contribuintes ao longo do mês não são incorporadas tempestivamente às estimativas.

Dessa forma, conclui-se que, embora o modelo de estimativa apresente bom desempenho na maior parte do período analisado, é fundamental considerar as limitações das bases de dados utilizadas e a possibilidade de eventos atípicos que impactem a arrecadação. A análise conjunta desses fatores é essencial para interpretação mais precisa dos resultados e para o aprimoramento contínuo das projeções atuariais.

# Rentabilidades

**TABELA 7 – RENTABILIDADE MENSAL E ACUMULADA POR SUBCARTEIRA**

ATIVO	RENTABILIDADE MENSAL	RENTABILIDADE ACUMULADA - ANO	COMPARAÇÃO COM O BENCHMARK
<b>SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE</b>	<b>1,01%</b>	<b>3,26%</b>	<b>99,86%</b>
<b>BANCO DO BRASIL</b>	<b>0,89%</b>	<b>3,21%</b>	<b>99,74%</b>
↳ BB PREV FLUXO RF SIMPLES FIC	1,14%	3,19%	99,99%
↳ BB PREV RF IRF-M1 TP	0,98%	3,20%	99,83%
↳ BB PREV RF PERFIL FIC FI	1,19%	3,43%	100,04%
↳ BB PREV RF TP VÉRTICE 2027	1,73%	4,10%	100,57%
↳ BB PREV RF TP VÉRTICE 2030	0,59%	3,08%	99,44%
↳ BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF-M 1+	-1,29%	1,84%	97,59%
↳ BB RF REF DI TIT PUB FI LP	1,22%	3,42%	100,07%
<b>CAIXA ECONÔMICA</b>	<b>1,07%</b>	<b>3,29%</b>	<b>99,93%</b>
↳ CAIXA ALIANCA TP FI RF	1,19%	3,36%	100,04%
↳ CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	1,18%	3,39%	100,03%
↳ CAIXA BRASIL GESTAO ESTRAT.	-0,57%	2,35%	98,30%
↳ CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	0,98%	3,21%	99,83%
↳ CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	1,13%	3,36%	99,98%
↳ CAIXA BRASIL TP FI RF LP	1,16%	3,39%	100,01%
↳ CAIXA TOPAZIO FIF RF REF DI LP	1,24%	1,24%	100,09%
↳ LTN - 01/04/2027	0,44%	0,44%	99,30%

A Tabela 7 – Rentabilidade Mensal e Acumulada por Subcarteira apresenta uma análise detalhada do desempenho dos investimentos, segmentando-os entre as subcarteiras de Liquidez e Estabilidade e de Risco, além de consolidar os resultados da carteira total. A estrutura permite avaliar não apenas os retornos obtidos, mas também a eficiência da gestão em relação aos respectivos benchmarks.

ATIVO	RENTABILIDADE MENSAL	RENTABILIDADE ACUMULADA - ANO	COMPARAÇÃO COM O BENCHMARK
<b>SUBCARTEIRA DE RISCO</b>	<b>-3,38%</b>	<b>12,08%</b>	<b>97,24%</b>
<b>BANCO DO BRASIL</b>	<b>-0,76%</b>	<b>16,12%</b>	<b>93,04%</b>
↳ BB ACOES GOVERNANCA	-0,76%	16,12%	99,88%
<b>CAIXA ECONÔMICA</b>	<b>-6,08%</b>	<b>7,99%</b>	<b>94,53%</b>
↳ CAIXA BRASIL ACOES LIVRE	-6,77%	5,16%	93,83%
↳ CAIXA FIA ELETROBRAS	-4,41%	15,36%	96,21%
<b>CARTEIRA CONSOLIDADA</b>	<b>0,97%</b>	<b>0,33%</b>	<b>99,84%</b>
↳ BANCO DO BRASIL	0,87%	3,35%	99,74%
↳ CAIXA ECONÔMICA	1,03%	3,32%	99,89%

A Subcarteira de Liquidez e Estabilidade apresentou rentabilidade mensal de 1,01% e acumulada no ano de 3,26%, com desempenho equivalente a 99,86% do benchmark (95% CDI igual a 1,15%), indicando forte aderência ao índice de referência. Esse resultado é compatível com o perfil conservador da carteira, composta majoritariamente por ativos de renda fixa atrelados ao CDI. Os fundos administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica apresentaram desempenhos semelhantes, com pequenas variações, destacando-se alguns ativos que superaram o benchmark, enquanto outros tiveram desempenho ligeiramente inferior, sem impacto relevante no resultado agregado.

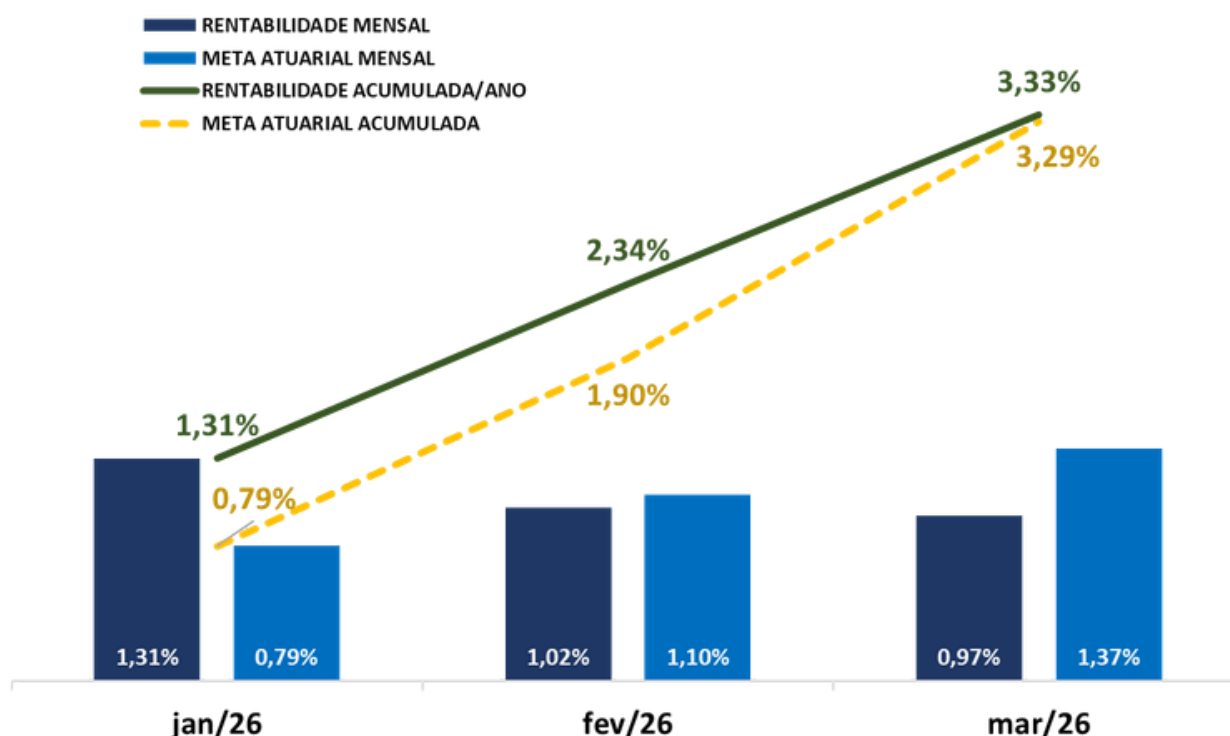
Por sua vez, a subcarteira de Risco registrou rentabilidade mensal de -3,38%, refletindo um cenário desfavorável para a renda variável no período. Apesar disso, o acumulado no ano permanece elevado, em 12,08%, evidenciando o potencial de valorização no longo prazo.

O desempenho correspondeu a 97,24% do benchmark (IBrX100 igual a -0,64%), indicando leve desempenho abaixo do índice de referência, influenciado principalmente pela queda dos fundos de ações livres e setoriais.

Na carteira consolidada, observa-se rentabilidade de 0,97% no mês e 0,33% no acumulado do ano, com desempenho de 99,84% em relação ao benchmark (Média ponderada dos Benchmark igual a 1,14%). Esse resultado demonstra que a diversificação entre ativos conservadores e de maior risco contribuiu para mitigar a volatilidade, mantendo o desempenho global estável e próximo ao índice de referência.

Em síntese, a carteira apresenta uma alocação equilibrada, na qual a parcela conservadora garante estabilidade, enquanto a parcela de risco contribui para ganhos no longo prazo, resultando em uma performance consistente e alinhada ao benchmark.

## GRÁFICO 8 – RENTABILIDADE DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO COM A META ATUARIAL



A análise do desempenho do Fundo Previdenciário nos primeiros meses de 2026 evidencia um cenário positivo quanto ao cumprimento da meta atuarial estabelecida para o período. Em janeiro de 2026, o fundo registrou rentabilidade mensal de 1,31%, resultado significativamente superior à meta atuarial de 0,79%, gerando um excedente de 0,52 ponto percentual. Esse desempenho inicial representa um resultado bastante favorável, contribuindo para fortalecer o equilíbrio financeiro e atuarial do regime logo no início do exercício.

Em fevereiro de 2026, observou-se uma leve desaceleração, enquanto que em março a meta atuarial de 1,37% superou substancialmente a rentabilidade mensal, que registrou 0,97%. Embora esse resultado represente uma redução em relação aos meses anteriores, o desempenho permanece consistente quando analisado no contexto do período acumulado.

Portanto, ao se analisar o desempenho acumulado do trimestre, verifica-se que o resultado permanece favorável.

A rentabilidade acumulada do fundo atingiu 3,33%, enquanto a meta atuarial acumulada para o período foi de 3,29%. Dessa forma, o Fundo Previdenciário encerrou março com um superávit de 0,04 ponto percentual acima da meta, evidenciando que a estratégia de alocação dos investimentos tem sido eficaz na geração de retornos compatíveis com as necessidades atuariais do regime, mesmo em um mês com choques externos.

De maneira geral, os resultados indicam que, apesar das oscilações naturais observadas entre os meses, o desempenho acumulado mantém-se superior à meta atuarial, sinalizando que o fundo está conseguindo gerar retornos adequados para contribuir com a sustentabilidade financeira e atuarial do regime previdenciário. Esse comportamento reforça a importância da gestão estratégica da carteira, capaz de compensar eventuais variações mensais por meio de um desempenho consistente no horizonte acumulado.

# Análise das Instituições Financeiras

**TABELA 8 – SALDO MENSAL E RENDIMENTO POR IF**

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	% RENDIMENTO	RENDIMENTO	% SALDO	SALDO
BANCO DO BRASIL	31,14%	2.567.873,85	34,59%	R\$294.886.637,77
CAIXA	68,86%	5.679.060,41	65,41%	R\$557.661.690,70
BTG	0,00%	128,29	0,01%	R\$43.995,42
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>8.247.062,55</b>	<b>100,00%</b>	<b>R\$852.592.323,90</b>

Os recursos financeiros do Fundo Previdenciário permanecem majoritariamente alocados na Caixa Econômica Federal, que concentra 68,86% do patrimônio, equivalente a R\$ 557.661.690,70, enquanto o Banco do Brasil detém 31,14%, o que corresponde a R\$ 294.886.637,77, além disso o BTG Pactual detém um patrimônio de R\$43.995,42, aproximadamente, conforme evidenciado na tabela 8. Essa concentração encontra-se momentaneamente em desacordo com os parâmetros estabelecidos pela Política de Investimentos vigente em fevereiro de 2026. Contudo, é oportuno destacar que, conforme previsto na própria política, encontra-se em fase final o processo de aquisição de Títulos Públicos Federais, medida que contribuirá para o reequilíbrio da alocação dos recursos e para maior aderência às diretrizes definidas.

## Acompanhamento de Dealers

A GOIASPREV conduz o processo de credenciamento de Instituições Financeiras com o objetivo de viabilizar a compra e venda de títulos públicos federais nos mercados primário e secundário, permitindo, desde março de 2026, o início da operacionalização da Subcarteira de Imunização.

No âmbito desse processo, foi publicado edital para a contratação do serviço de custódia qualificada, tendo sido selecionado como custodiante o BTG Pactual, por ter sido a única instituição a atender integralmente às exigências estabelecidas no edital, além de apresentar proposta compatível com o princípio da economicidade. A contratação foi realizada por meio de inexigibilidade de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Atualmente, encontram-se aptas a participar do processo de credenciamento três instituições financeiras cadastradas como *dealers* pelo Banco Central do Brasil, pertencentes aos segmentos S1 e S2, que representam instituições de maior porte e relevância no sistema financeiro nacional. Para que uma Instituição Financeira esteja habilitada a negociar títulos públicos em nome da GOIASPREV, é necessário que percorra cinco etapas no processo de credenciamento, as quais asseguram o atendimento aos critérios técnicos, operacionais e regulatórios estabelecidos pela entidade. Há ainda uma sexta etapa que busca o contínuo escrutínio da Instituição Financeira e por meio dela é possível que a Instituição permaneça habilitada.

## ETAPAS DO CREDENCIAMENTO

- 1 Etapa de avaliação documental pela Gerência de Investimentos;
- 2 Etapa de inscrição da IF para análise documental pela Comissão Especial de Contratação (Portaria 2168 de 22 de outubro de 2025);
- 3 Etapa de resultado;
- 4 Etapa de recursos;
- 5 Etapa final com a homologação da IF no Diário Oficial do Estado de Goiás;
- 6 Controle contínuo do credenciamento.

**TABELA 9 – ACOMPANHAMENTO DA HABILITAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS COMO DEALERS**

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ETAPA	COMENTÁRIO
BGC	5	Não é IF S1 ou S2 conforme Tabela 10
TULLET	5	Não compõem mais a lista de Dealer do Bacen
BTG CORRETORA	6	Credenciada
SAFRA	6	Credenciada
SANTANDER	2	Falta de documentação por parte da IF
BANCO DO BRASIL	2	Falta de documentação por parte da IF
XP	3	Documentos em fase de resultado
CAIXA ECONÔMICA	2	Falta de documentação por parte da IF
BRADERSCO	6	Credenciada

A Tabela 9 apresenta o estágio atual do processo de credenciamento de instituições financeiras para a operacionalização da Subcarteira de Imunização da GOIASPREV, iniciada em março de 2026. Observa-se que três instituições financeiras já concluíram todas as etapas do processo e encontram-se devidamente credenciadas, aptas a realizar operações com títulos públicos em nome da entidade, porém apenas o Banco BTG Pactual aceita operar em mercado primário.

Por outro lado, algumas instituições ainda permanecem na fase inicial de análise documental, o que indica que a continuidade do processo

depende das informações e documentos exigidos para a avaliação. Além disso, duas instituições foram desclassificadas por não atenderem aos critérios técnicos estabelecidos, relacionados ao enquadramento nos segmentos de porte do sistema financeiro e à permanência na lista oficial de dealers do Banco Central.

De forma geral, o processo já assegura número suficiente de instituições habilitadas para as operações, ao mesmo tempo em que permanece aberto para a eventual ampliação do número de participantes, conforme o avanço das etapas de credenciamento.

**TABELA 10 – LISTA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS S1 E S2  
SEGUNDO O BANCO CENTRAL**

IF	SEGMENTO	IF	SEGMENTO
BB	S1	BCO SICREDI	S2
BRADERSCO	S1	BCO DO NORDESTE	S2
BTG PACTUAL	S1	BNDES	S2
CEF	S1	CITIBANK	S2
ITAÚ	S1	NU PAGAMENTOS	S2
SANTANDER	S1	SAFRA	S2
BANCO SICOOB	S2	VOTORANTIM	S2
BANRISUL	S2	XP	S2

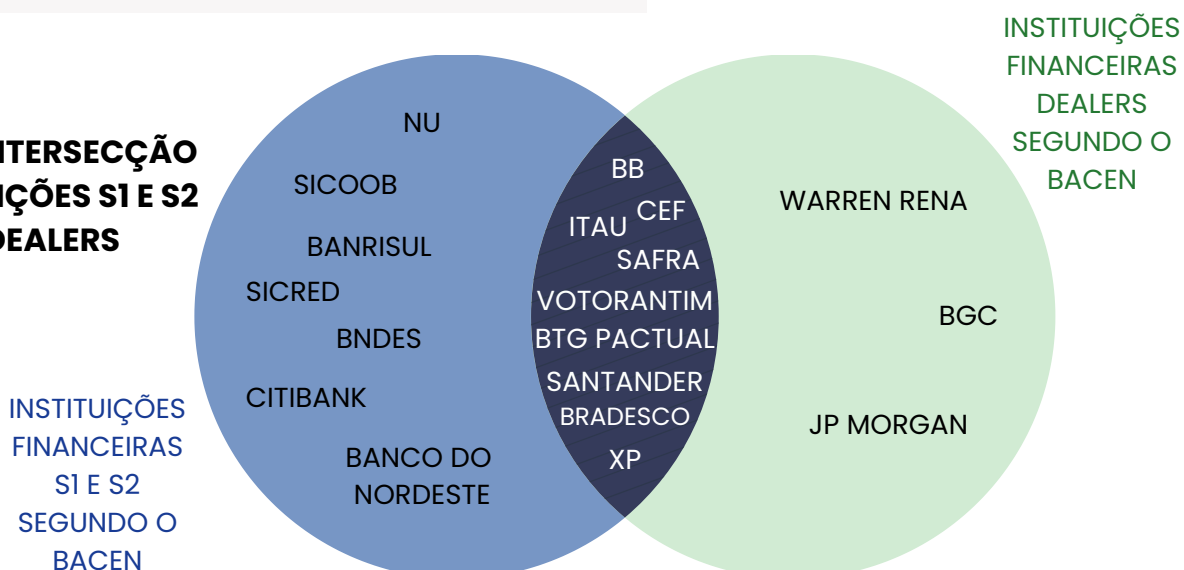
As Tabelas 10 e 11 apresentam os critérios utilizados pela GOIASPREV para garantir maior segurança na seleção das instituições financeiras aptas a negociar títulos públicos. A Tabela 10 relaciona as instituições classificadas nos segmentos S1 e S2, que representam bancos de maior porte e relevância no sistema financeiro nacional, sendo utilizadas como referência para mitigação de risco de crédito.

A Tabela 10 nos mostra quais instituições financeiras são enquadradas como S1 e S2 segundo o Banco Central. Já a Tabela 11 mostra as instituições, que segundo o Banco Central estão credenciadas a operar com o Departamento de Operações do Mercado Aberto (DEMAB). O interesse da análise está na intersecção entre essas duas informações, presente no gráfico 9 abaixo.

**TABELA 11 – TABELA DE INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS  
COMO DEALRS PELO BANCO CENTRAL**

INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS A OPERAR COM O DEMAB	
BANCO BRADESCO S.A.	ITAÚ UNIBANCO S.A.
BANCO BTG PACTUAL S.A.	WARREN RENA DTVM LTDA.
BANCO J. P. MORGAN S.A.	XP ICCTVM S.A.
BANCO SAFRA S.A.	BGC LIQUIDEZ DTVM LTDA.
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
BANCO VOTORANTIM S.A.	BANCO DO BRASIL

**GRÁFICO 9 – INTERSECÇÃO  
ENTRE INSTITUIÇÕES S1 E S2  
COM OS DEALERS**



# Acompanhamento dos Riscos

O *Tracking Error* (TE), é a medida estatística que expressa a volatilidade do retorno da subcarteira em relação ao seu *benchmark* ao longo do tempo. Matematicamente, corresponde ao desvio padrão da diferença entre a rentabilidade da subcarteira e a rentabilidade do índice de referência. Diferentemente da subcarteira de risco, na qual o afastamento do *benchmark* pode refletir gestão ativa deliberada, na subcarteira de imunização o objetivo central é a aderência estrutural ao comportamento do índice escolhido, normalmente um indicador que reflita títulos públicos indexados à inflação com duration compatível ao passivo atuarial.

Assim, no âmbito da subcarteira de Liquidez e Estabilidade, o *Tracking Error* (TE) mede o grau de descasamento entre a carteira e o parâmetro que representa, de forma aproximada, a dinâmica das obrigações previdenciárias. Nesse contexto, quanto menor o *Tracking Error* (TE), melhor, pois valores reduzidos indicam que a subcarteira acompanha de forma consistente o *benchmark*, reduzindo o risco de desalinhamento entre ativos e passivos. Um TE elevado, por sua vez, pode indicar inadequação de duration, concentração excessiva, exposição a fatores não previstos ou falhas na estratégia de imunização. Portanto, o resultado desejável é um *Tracking Error* próximo de zero, sinalizando elevada aderência e previsibilidade.

No âmbito da Subcarteira de Risco, a análise desloca-se da aderência ao *benchmark* para a relação entre risco e retorno. Nesse contexto, o *Value at Risk* (VaR) representa uma medida de risco que estima a perda máxima esperada em determinado horizonte temporal, para um nível de confiança previamente definido.

Por exemplo, um VaR mensal de 5% a 95% de confiança indica que, em condições normais de mercado, existe 5% de chance de a perda superar aquele valor no período considerado. O VaR não mede a perda efetiva, mas sim uma estimativa estatística de risco extremo. Nesse caso, quanto menor o VaR, melhor, pois valores mais elevados indicam maior exposição a perdas potenciais. Entretanto, um VaR mais alto pode ser aceitável se estiver associado a maior retorno esperado, desde que compatível com o apetite de risco.

Complementarmente, o Índice de Sharpe mede a eficiência da subcarteira ao relacionar o retorno excedente ao ativo livre de risco com a volatilidade total da carteira. Ele é calculado como a razão entre o prêmio pelo risco (rentabilidade da carteira menos taxa livre de risco) e o desvio padrão da rentabilidade. Diferentemente do VaR, que é uma medida absoluta de risco, o Índice de Sharpe avalia a qualidade do retorno obtido por unidade de risco assumido. Nesse caso, quanto maior o Índice de Sharpe, melhor, pois valores elevados indicam que a carteira está gerando retorno adicional de forma eficiente, compensando adequadamente a volatilidade assumida. Um Sharpe negativo indica que o retorno foi inferior à taxa livre de risco, sinalizando desempenho ineficiente.

Em síntese, na Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, o *Tracking Error* deve ser baixo, pois o objetivo é aderência e estabilidade. Já na Subcarteira de Risco, o VaR deve ser controlado e compatível com os limites de risco estabelecidos, enquanto o Índice de Sharpe deve ser o mais elevado possível, indicando eficiência na relação risco-retorno. Cada métrica, portanto, deve ser interpretada à luz do objetivo econômico específico da subcarteira a que se aplica.

**TABELA 12 – TRACKING ERROR DA  
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE**

Tracking Error	MAR	12 MESES
<b>Subcarteira de Liquidez e Estabilidade</b>	<b>0,93%</b>	<b>5,51%</b>
↳ BB PREV FLUXO SIMPLES	0,0344	0,7857
↳ CAIXA ALIANÇA TP	0,0444	0,5183
↳ CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	0,0774	1,0439
↳ BB PREV DI LP PERFIL FIC	0,0783	1,1284
↳ BB REF DI TP	0,0807	0,7851
↳ CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO	0,0969	0,9041
↳ CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	0,2601	1,7477
↳ CAIXA BRASIL TP FI RF LP	0,3153	2,1058
↳ CAIXA BRASIL IRF-M 1	0,9183	5,4957
↳ BB PREV RF IRF-M1 TP	0,95	5,5562
↳ BB PREV RF TP VÉRTICE 2027	2,1306	24,0306
↳ LTN 01.04.2027	4,5049	61,8705
↳ CAIXA GESTÃO ESTRATÉGICA	8,5718	54,789
↳ BB PREV RF TP VÉRTICE 2030	9,6591	147,0016
↳ BB PREV RF IRF-M1+	12,5344	149,1039

O tracking error da subcarteira de Liquidez e Estabilidade ficou em 0,93% no mês e 5,51% em 12 meses, o que indica que, no agregado, a carteira não está tão colada ao índice de referência quanto se espera para uma estratégia com perfil mais conservador.

Os fundos mais conservadores e atrelados ao CDI, como BB Prev Fluxo Simples, Caixa Aliança, BB Ref DI TP e similares, apresentam tracking errors muito baixos (próximos de zero). Isso mostra que eles estão cumprindo bem o papel de acompanhar o benchmark com pouca oscilação, contribuindo para a previsibilidade da carteira.

Por outro lado, à medida que avançamos para fundos com maior duration e exposição a risco de mercado (IRF-M, IMA e vértices), o tracking error aumenta de forma significativa. Fundos como Caixa Brasil TP e Caixa Brasil IRF-M 1 já apresentam desvios mensais mais elevados, mostrando que começam a se afastar do comportamento do índice. Esse efeito se intensifica fortemente nos fundos de prazo mais longo e estratégias de vértice.

Casos como BB Prev RF TP Vértice 2027, LTN 01.04.2027, Caixa Gestão Estratégica e, principalmente, BB Prev RF TP Vértice 2030 e BB Prev RF IRF-M1+ apresentam tracking errors extremamente elevados, tanto no mês quanto, no acumulado de 12 meses (chegando a níveis acima de 140%). Isso evidencia que esses ativos têm comportamento muito distinto do benchmark adotado, sendo fortemente impactados por movimentos da curva de juros e marcação a mercado.

Portanto, o resultado observado não indica necessariamente problema de desempenho, mas sim um desalinhamento estrutural entre a composição da carteira e o índice de referência no mês de março. Quanto maior a presença de ativos de longo prazo e maior sensibilidade à taxa de juros, maior tende a ser esse descolamento, exatamente o que os dados estão mostrando.

**TABELA 13 – ÍNDICE SHARPE E VaR DA SUBCARTEIRA DE RISCO**

Índice Sharpe	MAR	12 MESES
<b>Subcarteira - Risco</b>	<b>-12,183'</b>	<b>1,5233</b>
↳ CX BR ELETROBRAS	-9,6951	2,6092
↳ CX BR AÇÕES LIVRE	-10,5619	1,7278
↳ BB AÇÕES GOVERNANÇA	-15,8309	1,3753

VaR	MAR	12 MESES
<b>Subcarteira - Risco</b>	<b>-31,70%</b>	<b>-27,90%</b>
↳ CX BR ELETROBRAS	-40,75%	-40,42%
↳ CX BR AÇÕES LIVRE	-50,55%	-32,50%
↳ BB AÇÕES GOVERNANÇA	-15,96%	-25,14%

Os valores negativos do Índice de Sharpe na Subcarteira de risco não devem ser interpretados de forma direta, uma vez que o sinal negativo não fornece uma medida útil de comparação entre os ativos. Isso ocorre porque o indicador perde sua capacidade informacional quando o retorno da carteira fica abaixo do ativo livre de risco, passando apenas a indicar um desempenho insatisfatório no período.

O VaR complementa essa análise ao evidenciar um nível elevado de exposição ao risco, especialmente no curto prazo. A subcarteira apresenta um VaR de -31,70% no mês, com destaque para fundos mais voláteis como Caixa Ações Livre (-50,55%) e Caixa Eletrobras (-40,75%), indicando maior sensibilidade a movimentos adversos do mercado. No horizonte de 12 meses, embora o risco permaneça elevado, observa-se uma leve suavização em alguns fundos, sugerindo que o comportamento extremo foi mais concentrado no período recente. Em conjunto, os indicadores mostram um cenário de alta volatilidade no curto prazo, mas com melhor equilíbrio entre risco e retorno ao longo do tempo.

**TABELA 14 – MARGEM SOBRE A META ATUARIAL DA CARTEIRA CONSOLIDADA**

Margem sobre a Meta Atuarial	Março	2026
<b>CARTEIRA CONSOLIDADA</b>	<b>-28,72%</b>	<b>1,65%</b>

A Carteira Consolidada apresentou, em março, margem de -28,72% em relação à meta atuarial, indicando que, no mês analisado, a rentabilidade ficou abaixo do retorno necessário para o cumprimento da meta. Entretanto, ao se observar o horizonte de janeiro a março, a carteira registra rentabilidade 1,65% acima da meta atuarial, evidenciando que, no período mais longo, o desempenho acumulado superou de forma significativa a meta atuarial estabelecida. Esse resultado demonstra que, apesar de eventuais oscilações no curto prazo, o comportamento da carteira permanece favorável quando analisado em uma perspectiva temporal maior, contribuindo para o equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

**TABELA 15 – RATING DAS AGÊNCIAS CLASSIFICADORAS E GINV**

GINV	Fitch	S&P	Moody's	Score	
AAA	AAA	AAA	Aaa		Grau de investimento
AA	AA	AA	Aa		
A	A	A	A		
BBB	BBB	BBB	Baa		Grau especulativo
BB	BB	BB	Ba		
B	B	B	B		
CCC	CCC	CCC	Caa		
CC	CC	CC	Ca		
C	C	C			
RD	RD	D	C		
D	D				

**TABELA 16 – PROPORÇÃO DOS PAPEIS QUE CONSTITUEM OS FUNDOS POR RATING**

FUNDO	AAA	AA	BBB	TOTAL
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA	15,96%	17,68%	3,52%	37,16%
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	14,84%	17,16%	2,57%	34,57%

As tabelas apresentadas consolidam as classificações de risco de crédito atribuídas pelas principais agências internacionais. A partir desses referenciais amplamente utilizados pelo mercado, foi estruturado um padrão interno denominado GINV, que permite padronizar a análise e facilitar a mensuração do risco de crédito no âmbito da carteira.

As faixas compreendidas entre AAA e A representam o grau elevado de qualidade de crédito, também conhecido como grau de investimento, indicando emissores com elevada capacidade de honrar seus compromissos financeiros. A categoria BBB ainda integra o grau de investimento, embora represente o limite inferior dessa classificação. Abaixo desse patamar, iniciam-se as categorias BB e B, enquadradas como grau especulativo, caracterizadas por maior sensibilidade a condições econômicas adversas. As classificações CCC, CC e C indicam grau baixo de qualidade de crédito ou situação extremamente especulativa, enquanto os níveis RD e D representam situação de moratória ou default.

Importante destacar que o rating é aplicado exclusivamente aos fundos que detenham ativos com risco de crédito privado, uma vez que títulos públicos federais estão sujeitos ao risco soberano e não demandam avaliação individualizada de crédito privado. No âmbito da GOIASPREV, essa metodologia é utilizada especificamente para os fundos CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA e CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP, por apresentarem em sua composição ativos emitidos por instituições financeiras ou empresas privadas.

Ambos os fundos possuem exposição a risco de crédito em aproximadamente 35% dos papéis, em que a maior composição é dada pelos títulos com AA (aprox. 17%), seguida dos títulos AAA (aprox. 15%) e por último, os títulos com menor proporção nos fundos são aqueles classificados como BBB (aprox. 3%). Isso demonstra que os fundos possuem papéis mais seguros, confirmando a posição conservadora da GOIASPREV.

# Análise do Desempenho das Subcarteiras

**TABELA 17 – DESEMPENHO DAS SUBCARTEIRAS PELOS BENCHMARKS**

DESEMPENHO	RENTABILIDADE DA SUBCARTEIRA	RENTABILIDADE DO BENCHMARK	IAR	$\Delta R$	ERRP	Tracking Error
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE	1,0009%	1,1495%	0,870726	-0,001486	-0,129274	0,00779
SUBCARTEIRA DE RISCO (IBrX-100)	-3,2975%	-0,6387%	5,162537	-0,026587	-4,162537	0,030279
CARTEIRA CONSOLIDADA	0,9660%	1,1350%	0,851121	-0,00169	-0,148879	0,007339

A avaliação do desempenho das Subcarteiras e da carteira consolidada foi realizada por meio de métricas complementares que permitem analisar tanto o nível de rentabilidade obtido quanto a superação do benchmark e o grau de aderência ao longo do período. A rentabilidade da Subcarteira corresponde ao retorno efetivo apurado como média ponderada dos ativos que a compõem, enquanto a rentabilidade do benchmark representa o parâmetro de referência compatível com seu perfil de risco. O Índice de Aderência Relativa (IAR) mede a razão entre esses retornos, indicando superação quando superior a 1 (um).

A diferença de rentabilidade ( $\Delta R$ ) expressa o excesso de retorno absoluto, evidenciando diretamente a geração de valor. O Excesso de Retorno Relativo Percentual (ERRP) normaliza esse desvio em termos proporcionais. Por fim, o *Tracking Error* (TE) mede a variabilidade do excesso de retorno, indicando o grau de risco ativo assumido.

Na Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, observa-se rentabilidade de 1,00%, inferior ao benchmark de 1,15%. A diferença de rentabilidade ( $\Delta R$ ) negativa de -0,001486 indica que a subcarteira ficou 0,15% abaixo do benchmark (95% CDI) no período. O Índice de Aderência Relativa (IAR) de 0,8707, inferior a 1, corrobora esse desempenho inferior. Além disso, o ERRP negativo de -0,1293 reforça a perda relativa frente ao índice de referência. O Tracking Error (TE) de 0,00779 permanece baixo, indicando que, apesar do desempenho inferior, a carteira acompanhou o benchmark de forma bastante próxima, com baixo risco ativo.

Já a Subcarteira de Risco (IBrX-100) apresentou rentabilidade de -3,30%, também inferior ao benchmark de -0,64%. O IAR de 5,1625, embora elevado, deve ser interpretado com cautela devido aos retornos negativos — nesse caso, ele reflete maior magnitude da perda em relação ao benchmark, e não desempenho superior. A diferença de rentabilidade ( $\Delta R$ ) de -0,026587 evidencia que a carteira teve um desempenho significativamente pior que o índice de referência. O ERRP de -4,1625 reforça essa perda relativa expressiva. O Tracking Error de 0,030279 é superior ao da subcarteira de liquidez, indicando maior volatilidade do excesso de retorno e maior risco ativo, característica típica de carteiras expostas à renda variável.

Por fim, a Carteira Consolidada apresentou rentabilidade de 0,97%, inferior ao benchmark de 1,14%. O IAR de 0,8511 indica desempenho abaixo do índice de referência. A diferença de rentabilidade ( $\Delta R$ ) de -0,001690 e o ERRP de -0,1489 confirmam que, no agregado, a gestão não conseguiu superar o benchmark no período. O Tracking Error de 0,007339 permanece em nível reduzido, indicando baixo desvio em relação ao índice.

O resultado consolidado foi impactado negativamente principalmente pelo desempenho da Subcarteira de Risco, que apresentou perdas relevantes e abaixo do benchmark. Apesar do bom controle de risco e da baixa volatilidade do excesso de retorno na Subcarteira de Liquidez, isso não foi suficiente para compensar o desempenho adverso da parcela de renda variável.

# Sustentabilidade - ESG

O monitoramento dos riscos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG ou ESG) fundamenta-se nas obrigações estabelecidas pela Resolução CMN nº 5.272/2025, que exige que o gestor de RPPS monitore riscos inerentes a cada operação, incluindo os aspectos de sustentabilidade quando materiais e relevantes.

Dada a recente implementação dessas diretrizes, observa-se que o setor ainda não definiu uma abordagem uniforme de monitoramento. Contudo, órgãos de fiscalização e controle, notadamente a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), já demonstram a centralidade do tema. Destaca-se a alteração da Resolução CVM nº 193/2023 pela Resolução CVM nº 227/2025. Até então, a elaboração de relatórios de sustentabilidade era voluntária, seguindo o padrão internacional do International Sustainability Standards Board (ISSB).

Com a nova resolução, estabeleceu-se a obrigatoriedade de elaboração e divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, com base nas normas do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS). O cronograma define o seguinte marco:

→ A partir de 01/01/2026 - Torna-se obrigatória a divulgação de relatórios financeiros de sustentabilidade por empresas de capital aberto.

Portanto, compreende-se que o monitoramento pleno desses eventos e informações ainda enfrenta a escassez de dados padronizados, visto que as companhias abertas estão em fase de adaptação e ainda não disponibilizaram os referidos relatórios sob o novo rito. O agente regulador já se movimenta para padronizar as informações que serão produzidas por meio do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS/CVM).

A Goiás Previdência (GOIASPREV), cabe aguardar a emissão dessas informações, bem como acompanhar os comunicados e pareceres do Comitê de Sustentabilidade, visando compreender os movimentos do mercado e selecionar os indicadores que serão integrados à análise de risco da carteira.

# Controle de Atividades

	<b>Relatório de Investimentos</b>	<b>Observações</b>
<b>Enquadramento legal e à Política de Investimentos</b>	Tabela 2 (pag. 12) Tabela 3 (pag. 13)	
<b>Desenquadramentos e medidas corretivas</b>		Não houve desenquadramentos
<b>Risco de mercado (retorno, volatilidade, VaR, tracking Error e Índice Sharpe)</b>	Tabela 12 (pag. 27) Tabela 13 (pag. 28)	
<b>Risco de crédito (exposição e concentração)</b>	Tabela 15 (pag. 29)	
<b>Análise consolidada de riscos</b>	Tabela 14 (pag. 28)	
<b>Levantamento e monitoramento de custos</b>	Tabela 6 (pag. 18)	
<b>Avaliação do impacto dos custos</b>	Tabela 6 (pag. 18)	
<b>Credenciamento de Instituições Financeiras</b>	Tabela 9 (pag. 24)	
<b>Monitoramento contínuo de credenciados</b>	Tabela 9 (pag. 24)	
<b>Monitoramento dos fundos em exposição ao Exterior</b>		Não há aplicações em fundos estrangeiros
<b>ESG na gestão de Investimento do RPPS</b>	Página 31	

# Goiás Previdência

## COMITÊ DE INVESTIMENTOS

**Gilvan Cândido da Silva**

Presidente

**Marcos Medeiros da Silva**

Diretor de Gestão Integrada

**Adriana Jesus Silva Batista**

Gerente de Contabilidade

**Antonio Francisco Craveiro Portela**

Gerente de Investimento

**Ricardo Mendes**

Gestor de Finanças e Controle - CGE

## Diretoria de Gestão de Ativos e Passivos

**Leonardo Lúcio Barbosa Ferreira**

Diretor

**Liah de Deus Coutinho**

Analista Administrativa

## Gerência de Investimentos

**Antonio Francisco Craveiro Portela**

Gerente de Investimento

**Wanessa Bastos de Oliveira Carvalho**

Assessora de Investimentos

**Felipe da Silva**

Analista de Investimentos

**Paulo José Paiva Guimarães**

Analista de Investimentos

**Oliveira Gomes de Sousa Junior**

Assistente de Investimentos



**Conheça a Política  
de Investimentos**



Referência: Processo nº 202611129001777

Interessado: DIRETORIA EXECUTIVA

## **Assunto: Parecer acerca do relatório de investimentos de Março 2026**

PARECER GOIASPREV/CI-19523 Nº 9/2026

### **PARECER TÉCNICO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS RELATIVO AO RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS (Março/2026)**

Elaboração: Diretoria de Gestão de Ativos e Passivos – Gerência de Investimentos

Apreciação: Comitê de Investimentos – GOIASPREV

#### **1. Contextualização**

O presente parecer tem por objetivo analisar a apresentação referente ao desempenho do Fundo Previdenciário do RPPS/GO no mês de Março de 2026. O documento integra as rotinas de acompanhamento mensal do portfólio, conforme as diretrizes da Resolução CMN nº 5272/2025 e das práticas de governança estabelecidas pelo Pró-Gestão RPPS.

#### **2. Panorama Econômico e Cenário Macroeconômico**

O Boletim Focus e os principais indicadores econômicos referentes a março de 2026 sinalizam a elevação das expectativas de inflação, refletindo um ambiente de maior pressão inflacionária e revisões altistas nas projeções ao longo do período. Ainda assim, observa-se que o cenário base do mercado permanece ancorado em uma taxa Selic projetada em torno de 12,50% ao final do ano, indicando a expectativa de manutenção de uma política monetária ainda restritiva, porém com perspectiva de flexibilização gradual. Nesse contexto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses situa-se em 4,14%, permanecendo abaixo do limite superior do intervalo da meta de inflação (4,50%) e mais distante do seu centro (3,50%), conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). No resultado mensal, a inflação de fevereiro de 2026 registrou variação de 0,88%, acima da expectativa do Boletim Focus para o período.

No mercado financeiro, a curva de juros futuros (DI) apresentou volatilidade ao longo de março de 2026, refletindo o aumento da incerteza por parte dos agentes econômicos diante do cenário inflacionário e das perspectivas para a condução da política monetária. Esse movimento sugere que o mercado segue precificando a manutenção da taxa básica de juros em patamar ainda restritivo no curto prazo. Por outro lado, as expectativas implícitas na estrutura a termo de juros passam a

incorporar, de forma gradual, a possibilidade de início de um processo de flexibilização monetária, diante de um ambiente externo mais desafiador e do elevado nível de incerteza no cenário internacional, a expectativa predominante é de que esse processo ocorra de maneira mais lenta e cautelosa. Nesse sentido, observa-se a precificação de um eventual ciclo de cortes da taxa Selic condicionado não apenas à evolução do cenário inflacionário doméstico, mas também à maior clareza quanto aos riscos externos e à consolidação das expectativas.

A ata da 277ª reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), realizada nos dias 17 e 18 de março de 2026, permanece como a referência mais recente para a avaliação da condução da política monetária no período, reiterando que o ambiente macroeconômico segue marcado por elevado grau de incerteza e que a estratégia adotada pelo colegiado tem se mostrado adequada. Na ocasião, o Comitê do Banco Central do Brasil avaliou como apropriado sinalizar o início de um ciclo de calibração da taxa básica de juros, promovendo, neste momento, uma redução de 0,25 ponto percentual, com a taxa Selic passando a ter meta de 14,75% a.a. Adicionalmente, o Comitê de Política Monetária (Copom) destacou que o cenário corrente é marcado por elevação significativa do nível de incerteza, reforçando a necessidade de uma condução da política monetária pautada pela serenidade e cautela. Ressaltou, ainda, que o processo de calibração da taxa básica deverá incorporar novas informações que contribuam para maior clareza quanto à profundidade e à extensão dos conflitos no Oriente Médio, bem como seus potenciais impactos sobre o ambiente macroeconômico.

### **3. Desempenho e Rentabilidade do Fundo Previdenciário**

O Fundo Previdenciário apresentou expansão dos recursos administrados, alcançando R\$ 852 milhões em Março de 2026, o que representa crescimento de 7,14% em relação ao fechamento de janeiro de 2026. O portfólio mantém-se plenamente enquadrado nos limites da Resolução CMN nº 5.272/2025, demonstrando aderência aos critérios prudenciais de diversificação e concentração por emissor.

Para o mês de Março de 2026, o Fundo Previdenciário obteve rentabilidade mensal de 0,97%, ficando abaixo da meta atuarial mensal de 1,37%, o que equivale a 70,80% da meta mensal. Em comparação ao CDI de Março de 2026 (1,21%), atingiu uma rentabilidade de 80,16%. No acumulado do ano, a rentabilidade atingiu 3,33%, frente à meta atuarial anual de 3,29%, representando 101,22% da meta alcançada. Em relação ao CDI acumulado no ano (3,41%), o desempenho foi de 97,65%.

Tais resultados refletem a eficiência da política de alocação, sendo impulsionado, principalmente, pelas posições em fundos atrelados a títulos prefixados e por fundos indexados ao CDI.

### **4. Conclusão e Encaminhamento**

Diante do exposto, conclui-se que:

1. O relatório apresenta resultados aderentes à Política de Investimentos vigente;
2. O portfólio encontra-se regularmente enquadrado nos parâmetros legais, normativos e com a Política de Investimentos vigente em 2026;
3. As práticas de governança, controle e acompanhamento da gestão estão em conformidade com o Pró-Gestão RPPS e a Resolução CMN nº 5.272/2025;
4. O Comitê aprova o Relatório de Investimentos referente a Março de 2026.
5. Encaminha-se à DIREX para deliberações posteriores.

GOIANIA, 22 de Abril de 2026.

Adriana Jesus Silva Batista  
Membro do Comitê

Antonio Francisco Craveiro Portela  
Membro do Comitê

Marcos Medeiros da Silva  
Membro do Comitê



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO FRANCISCO CRAVEIRO PORTELA, Gerente**, em 03/06/2026, às 17:57, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS MEDEIROS DA SILVA, Diretor**, em 10/06/2026, às 15:52, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA JESUS SILVA BATISTA, Assessor (a)**, em 10/06/2026, às 16:18, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **89326118** e o código CRC **A68E5A02**.



Referência: Processo nº 202611129001777



SEI 89326118